TARKA
V.1 / N. 2

Lélia Gonzalez e a fundamentação do feminismo negro brasileiro

Lélia Gonzalez and the foundation of Brazilian Black Feminism

Carla de Brito Nascimento

RESUMO

Este artigo explora a filosofia de Lélia Gonzalez e sua relação com o Feminismo Negro brasileiro, destacando sua importância ao interpretar e promover a luta ancestral das mulheres negras. Gonzalez trouxe à tona, no cenário acadêmico, político e social, as demandas e resistências das mulheres negras. A partir disso, buscamos fazer uma articulação dos conceitos Interseccionalidade, Amefricanidade e Pretuguês, destacando como figuras históricas brasileiras, como Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, desempenharam papeis cruciais, desafiando normas sociais e contribuindo para a formação cultural afro-brasileira. Fazemos uma análise das vivências dessas mulheres, demonstrando como o Feminismo Negro se desenvolveu a partir de uma ancestralidade comunitária visando o bem viver, não apenas das mulheres negras, mas também de toda sociedade. Através deste artigo, buscamos enfatizar a importância de reconhecer e valorizar a herança filosófica, histórica e cultural das mulheres negras, destacando que o Feminismo Negro é uma construção coletiva, fundamentada na resistência, inteligibilidade e liderança de mulheres negras ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Amefricanidade; Feminismo Negro; Interseccionalidade; Pretuguês; Resistência.

ABSTRACT

This article explores the philosophy of Lélia Gonzalez and her connection to Black Feminism in Brazil, highlighting her importance in interpreting and promoting the ancestral struggle of Black women. Gonzalez brought to light, in academic, political, and social spheres, the demands and resistance of Black women. From this perspective, we aim to articulate the concepts of Intersectionality, Amefricanity, and Pretuguese, emphasizing how historical Brazilian figures such as Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, and Carolina Maria de Jesus played crucial roles in challenging social norms and contributing to Afro-Brazilian cultural formation. We analyze the lived experiences of these women, demonstrating how Black Feminism developed from a community-based ancestry aimed at well-being—not only for Black women but for society as a whole. Through this article, we seek to emphasize the importance of recognizing and valuing the philosophical, historical, and cultural heritage of Black women, highlighting that Black Feminism is a collective construction grounded in the resistance, intelligibility, and leadership of Black women over time.

KEYWORDS

Amefricanity; Black Feminism; Intersectionality; Pretuguese; Resistance.

https://doi.org/10.5281/zenodo.18175814

Introdução

Através deste artigo analisamos a produção filosófica de Lélia Gonzalez a fim de entender como ela se relaciona com a fundamentação do Feminismo Negro no Brasil. Falar sobre Gonzalez é falar sobre a potência do Feminismo Negro, visto que a filósofa interpretou, sintetizou e trouxe para a luz do cenário acadêmico, político e social a luta ancestral de mulheres negras. A partir disso, buscamos articular alguns dos conceitos desenvolvidos nas obras de Lélia Gonzalez com personalidades que marcaram a história brasileira durante diferentes períodos e em diferentes territórios.

Há inúmeras mulheres negras que fizeram contribuições significativas para o avanço de direitos e, consequentemente, promoveram conquistas sociais e políticas. Porém, a fim de delimitar o conteúdo da pesquisa para o desenvolvimento deste artigo, concentramos as análises no sentido de verificar uma correlação simbólica entre a existência de três mulheres em específico: Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, juntamente com o desenvolvimento das obras de Lélia Gonzalez e a fundamentação do conceito de Feminismo Negro no Brasil. Para tanto, foi preciso pesquisar a biografia dessas mulheres negras em diferentes períodos históricos, mas que possuíssem uma convergência com o pensamento de Lélia Gonzalez, para promover explicações coesas sobre conceitos fazendo uma associação entre o Feminismo Negro e as vivências do passado, presente e futuro.

Nosso objetivo é demonstrar como o Feminismo Negro se desenvolveu a partir de uma filosofia ancestral, e como o

trabalho de Lélia Gonzalez é fundamental para a construção do Feminismo Negro como o conhecemos hoje. Isso porque ela soube escutar as lutas e conquistas das mulheres negras e fez ecoar suas vozes, necessidades e resistências. Nenhuma mulher negra constrói algo socialmente significativo sozinha, saber disso é entender que somos fruto de uma comunidade e que aprendemos com a nossa ancestralidade e, por isso, olhar para o passado faz parte do processo de luta e construção de um futuro menos opressivo. Por isso, voltaremos um pouco no tempo, porque muito antes do conceito de interseccionalidade ser nomeado por Kimberlé Crenshaw (1989), Lélia Gonzalez já estava articulando e desenvolvendo de forma ativa um trabalho que estava atento para as diferentes formas de opressões que impactavam a vida de mulheres negras.

É possível voltar ainda mais no tempo e dar exemplos de intersecções para entendermos que o feminismo negro é uma construção coletiva, um processo que já estava em curso a partir da existência de insubmissas mulheres negras. Mulheres que não apenas resistiram de forma heroica às injustiças raciais, mas também enfrentaram desafios específicos relacionados ao gênero, demonstrando resiliência e liderança que transcende as simplificações históricas e acadêmicas. Sendo assim, articulamos os conceitos desenvolvidos por Lélia Gonzalez, como “Interseccionalidade”, “Amefricanidade” e “Pretuguês”, com as vivências de Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus a fim de exemplificar como o feminismo negro foi construído a partir da herança filosófica, histórica e cultural das mulheres que nos antecederam. Consequentemente, reconhecer essas mulheres nos

proporciona empoderamento. Não basta conhecer ou saber que existiram mulheres negras que se destacaram por suas lutas, por seus intelectos e, principalmente, pela forma com que trilharam suas histórias, é necessário reconhece-las, isto é, olhar com a devida atenção, respeito e admiração, pois ao olhar para a biografia e a obra de mulheres negras podemos encontrar sentido em suas existências e, ao mesmo tempo, nos nutrir de forças para resistir em nossas realidades. Ao reconhecer Lélia Gonzalez, estamos reivindicando o bem viver, uma vez que esse processo exige que nos reconheçamos através das convergências. Ou seja, pesquisar a vida e a obra de uma mulher negra é simbólico: é um anúncio de possibilidade de mudar a realidade em que vivemos.

Lélia Gonzalez e o Feminismo Negro: articulando Vozes de Resistência

O Feminismo Negro é frequentemente mal interpretado como um movimento identitário ou uma invenção contemporânea que visa teorizar e complexificar as relações. No entanto, essa visão reduz o impacto duradouro de um movimento que tem raízes históricas profundas, que conquistou avanços e que continua a ser uma força vital para a justiça social e a igualdade. Lélia Gonzalez fundamentou o feminismo negro brasileiro, evidenciando como essa luta se fez presente nas vivências de mulheres negras muito antes de assim ser nomeado. Isso porque o Feminismo Negro foi uma resposta necessária e contínua às opressões interseccionais enfrentadas por mulheres negras, transcendendo as definições comuns.

Durante o período colonial e escravocrata no Brasil, várias mulheres negras desempenharam papeis importantes na resistência contra a opressão, tanto em quilombos quanto em outros contextos. Dandara dos Palmares, por exemplo, foi uma figura central na resistência do Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, Alagoas, no final do século XVII. O quilombo era um dos maiores e mais importantes do Brasil, abrigando milhares de escravizados fugitivos.

Dandara foi muito mais que esposa de Zumbi dos Palmares, visto que, conforme nos relata Janaína Oliveira (2020), Dandara destacou-se por sua liderança militar no quilombo, onde participava ativamente nas estratégias de defesa, ajudando a manter Palmares como um espaço de liberdade e autossuficiência. A história de Dandara exemplifica o papel crucial das mulheres negras na liderança de movimentos de resistência, pois ela desafiou as normas de gênero e raça de sua época, provando que as mulheres eram igualmente capazes de liderar e lutar pela liberdade no continente americano (CAETANO, 2020).

Lélia Gonzalez descreve a Amefricanidade como uma interseção cultural entre a América Latina e a África, destacando a importância das influências africanas na formação das culturas latino-americanas. Gonzalez utilizou o termo para ressaltar a presença e a contribuição afrodescendente em diversas esferas da vida social, cultural e política na América Latina. O conceito visa reconhecer e valorizar as raízes africanas e afro-brasileiras na formação cultural do Brasil, enfatizando a

resistência, a resiliência e a riqueza cultural das populações afrodescendentes.

Em *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), a filósofa afirma que somos uma América Africana "cuja latinidade, por inexistente, teve trocando o t pelo d para aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina" (GONZALEZ, 1988, p. 69). Ou seja, é impossível conceber que nossas formações fossem exclusivamente europeias e brancas e, assim, Lélia Gonzalez amplia nossa compreensão de que independente de características físicas, enquanto cidadãos de um território colonizado, fomos formados culturalmente a partir da Amefricanidade. Portanto, a existência de Dandara foi um testemunho vivo da força e da influência africana na formação da identidade brasileira e sua história é simbólica na construção de uma narrativa de resistência e empoderamento do Feminismo Negro, uma vez que ela exemplifica a interseção das culturas africanas e indígenas, a luta pela liberdade e a criação de novas formas de existência e resistência que são centrais para o conceito de Amefricanidade.

Logo, a existência da Amefricanidade ladina é uma expressão da humanidade e o conceito expressa a resistência ao desenvolver tecnologias de reexistência nas técnicas de organização social. Bem como dos movimentos negros que promoveram as lutas antirracistas. Essa luta foi crucial para a existência e permanência neste território porque, como nos informa Gonzalez:

> no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o

> racismo por denegação. Aqui prevalecem as 'teorias' da miscigenação, da assimilação e da 'democracia racial'" (GONZALEZ, 1988, p. 72).

Ou ainda:

> O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue" como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 1988, p. 73).

A sociedade Brasileira e a sua identidade cultural foram desenvolvidas a partir da mistura das culturas africanas com as indígenas e europeias na América Latina, criando uma identidade que não é unicamente africana, indígena ou europeia, mas uma fusão complexa dessas influências. Dado o contexto colonialista, não é raro nos depararmos com pessoas racializadas que negam suas origens e buscam pelo branqueamento na tentativa de obter algum reconhecimento social. Isso acontece porque, conforme Sueli Carneiro apresenta:

> a racialidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções históricas e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (CARNEIRO, 2023, p. 22-23).

Contudo, os quilombos foram um potente mecanismo social de resistência, afirmação positiva da racialidade e preservação da cultura da diáspora africana. Reconhecer Dandara dos Palmares é entender que ela foi um exemplo de liderança feminina afro-brasileira, atuando como figura central na resistência do Quilombo dos Palmares. Ela simboliza a luta pela liberdade e pela autodeterminação das comunidades afrodescendentes e, portanto, suas vivências refletem os princípios de Amefricanidade, em que a resistência e a resiliência são fundamentais para a construção e a preservação da identidade e da cultura.

> Portanto, Améfrica, enquanto sistema etnogeográfico... é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos... Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertencemos a diferentes

> sociedades do continente, sabemos que o nosso sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. (GONZALEZ, 1998, p. 77)

Ao articular o sistema etnogeográfico como uma criação dos nossos antepassados Lélia Gonzalez propõe uma reinterpretação crítica da história e da construção identitária latino-americana a partir da perspectiva da diáspora africana. A noção de Amefricanidade ultrapassa os limites geográficos e culturais impostos pelo colonialismo ao reconhecer que há entre os povos racializados da América Latina uma experiência histórica comum marcada pela opressão, mas também pela resistência.

É importante destacar que mais do que uma expressão da humanidade diaspórica, a amefricanidade é uma categoria que visa contrapor a ideia de América centrada no imperialismo. Sendo uma categoria político-cultural que se constitui, portanto, como uma resposta ao apagamento sistemático das contribuições africanas e indígenas na formação dos países latino-americanos e como uma ferramenta de denúncia das estruturas de dominação, especialmente o racismo, que persiste de forma enraizada em todas as instituições sociais.

Reconhecer a Amefricanidade como uma construção coletiva e ancestral é, assim, uma forma de insurgência epistemológica, pois rompe com os paradigmas eurocêntricos que tentam homogeneizar a América sob o

manto da latinidade branca e colonizada. Ao destacar que o racismo é o elemento estruturante comum entre as diversas sociedades da diáspora, Gonzalez aponta para a necessidade de construir alianças entre os sujeitos subalternizados, especialmente entre mulheres negras, cujas vivências foram historicamente silenciadas. A Amefricanidade, nesse contexto, não é apenas um conceito, mas uma prática política e pedagógica que valoriza os saberes locais, a ancestralidade e a diversidade de expressões culturais que emergem da luta por dignidade e justiça social.

Portanto, o conceito de Amefricanidade de Lélia Gonzalez e a existência de figuras históricas como Dandara dos Palmares são interligados pela valorização da resistência e da identidade afrodescendente e pela luta contra o racismo. Lélia Gonzalez faz isso ao apresentar em seus textos a luta pela preservação cultural e pelo resgate das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira. Sendo assim, ao reconhecer as vozes de resistência dessas mulheres e fazer tais conexões, podemos apreciar a riqueza que os nossos antepassados criaram e admirar a complexidade da herança afro-brasileira e indígena e seu impacto contínuo na cultura e na história do Brasil.

Isto significa que compreender o Feminismo Negro a partir da perspectiva da Amefricanidade é reconhecer que essa luta não nasce de modismos acadêmicos ou de agendas identitárias vazias, mas de uma trajetória histórica marcada pela resistência à colonialidade e pelo protagonismo de mulheres negras como Dandara, que encarnam a essência dessa proposta. A construção de

uma América verdadeiramente plural, crítica e insurgente passa, necessariamente, pelo reconhecimento das vozes e experiências amefricanas como centrais na reescrita das histórias e dos futuros possíveis para os povos da diáspora.

Caminhando mais adiante pela construção do percurso histórico brasileiro encontramos no século XIX, em São Luís do Maranhão, Maria Firmina dos Reis, que foi a primeira romancista do Brasil. Isto é, foi uma mulher negra e escritora que em 1859, publicou "Úrsula", um romance que abordava o tema da escravização e dava voz aos negros escravizados, desafiando as narrativas dominantes da época. Seu trabalho literário foi uma forma de resistência cultural, destacando as injustiças do sistema escravocrata e promovendo a empatia e a compreensão dos brancos sobre as condições de existência dos povos escravizados. Ela demonstra, pela literatura, a humanidade das pessoas racializadas, nas vivências do cotidiano, exemplificando por meio de uma narrativa sensível e poderosa que não apenas denuncia as atrocidades da escravidão, mas também celebra a resistência e a dignidade dos indivíduos oprimidos.

Por isso, ao articular os conceitos desenvolvidos por Lélia Gonzalez, com as vivências de Maria Firmina dos Reis, é importante entender como a filosofia de Gonzalez e o legado literário de Firmina se entrelaçam, e promovem o desenvolvimento do Feminismo Negro brasileiro a partir das interseccionalidades abordadas. Essa construção se dá por meio do reconhecimento das experiências históricas, filosóficas e culturais das

mulheres negras que nos antecederam, como fonte de inspiração e empoderamento.

Lélia Gonzalez destacou a importância de compreender as intersecções das opressões que as mulheres negras enfrentam, não apenas como questões isoladas de raça ou gênero, mas como uma complexa interação desses sistemas de poder. Esse entendimento é crucial para uma análise completa e eficaz das formas de resistência e luta por justiça social:

> Ali, a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. [...] Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual) (GONZALEZ, 2020, p. 217).

Lélia Gonzalez esteve à frente da luta política antirracista na ditadura militar (1964-1985), foi a primeira a ministrar um curso de cultura negra no Brasil em 1976 (RATTS; RIOS, 2010) e foi uma figura fundamental na formação do Movimento Negro Unificado (MNU). Sua participação no MNU teve como objetivo combater as desigualdades entre negros e brancos e, nas próprias palavras dela, “conquistar um espaço para o negro na realidade brasileira” (GONZALEZ, 1980b, p. 204-205).

Ela abordava de forma incisiva e coesa a complexidade de ser reconhecida como uma mulher negra em um país que pregava e promovia a igualdade entre os diferentes

grupos étnicos, mas que ao mesmo tempo incentivava a miscigenação e hierarquias sociais com base na cor da pele e no gênero.

Em diversas falas e apresentações, Lélia Gonzalez expôs a opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil, abordando a interseccionalidade das opressões (muito antes desse conceito ser nomeado) antecipando como a interação combinada entre raça, classe e gênero provocavam efeitos marcantes nas vivências de mulheres negras.

> De acordo com opiniões meio apressadas, a mãe preta representaria o tipo acabado da negra acomodada, que passivamente aceitou a escravidão e a ela respondeu de maneira mais cristã, oferecendo a face ao inimigo. Acho que não dá para aceitar isso como verdadeiro. Sobretudo quando se leva em conta que sua vida foi levada com muita dor e humilhação. E é justamente por isso que não se pode desconsiderar que a mãe preta desenvolveu suas formas de resistência: a resistência passiva cuja dinâmica deve ser encarada com mais profundidade. (GONZALEZ, 2021, p. 198).

O trecho em questão desafia a visão estereotipada e simplista da mulher negra trazendo como exemplo a "mãe preta", uma figura vista socialmente como passiva e que aceitou sua condição de escravizada de forma resignada. Mas, a partir do pensamento promovido pelo Feminismo Negro, Lélia Gonzalez propõe uma análise mais profunda e complexa da resistência das mulheres negras. As “mães pretas” desenvolveram maneiras de preservar sua dignidade e a de suas famílias,

transmitindo conhecimentos, valores culturais e espirituais que ajudaram a manter vivas as tradições africanas e a identidade cultural.

Assim, tanto o trabalho de Maria Firmina dos Reis quanto às análises propostas pelo Feminismo Negro, como as de Lélia Gonzalez, promovem uma compreensão mais profunda e multifacetada da resistência das mulheres negras, reconhecendo sua agência, sua capacidade de preservar e transformar culturas e identidades, e seu papel crucial na construção de uma narrativa mais justa e representativa.

Lélia nos convida a reavaliar a figura da "mãe preta" não como uma vítima passiva, mas como uma protagonista ativa em sua própria história de resistência. Através do reconhecimento das formas de resistência passiva, o feminismo negro amplia nossa compreensão das estratégias de luta das mulheres negras, celebrando sua resiliência e capacidade de transformar dor e humilhação em força e empoderamento, em um entendimento que nos permite valorizar e apreender experiências histórico-filosóficas das mulheres negras. A partir deste entendimento, Gonzalez cria uma fundamentação teórica e acadêmica para a agência do Feminismo Negro que já existia.

Segundo Gonzalez (1980), o reconhecimento das complexidades das opressões, que atravessam as vivências das mulheres negras, faz emergir uma organização social, para que possa haver a emancipação das mulheres, sejam elas negras, indígenas, brancas, camponesas, urbanizadas ou quilombolas. Isso ocorre porque o feminismo negro não é um movimento identitário, este é um

movimento que incorpora as vozes e narrativas de todas as pessoas e vivências.

Lélia Gonzalez cunhou o termo amefricanidade entendendo que sexismo, classismo e racismo são marcas da cultura colonialista. Com isso, ela fortalece o entendimento de que o Feminismo Negro é um movimento amplo que possui em sua origem a escuta ativa de todas, todes e todos, e consequentemente, Gonzalez defende que a existência de uma linguagem cultural como uma potente forma de subversão da herança colonial.

Ao falar em linguagem, precisamos destacar que no século XX, na favela do Canindé, em São Paulo, Carolina Maria de Jesus foi um exemplo notável de subversão da linguagem culta e uma das mais potentes representações do Feminismo Negro. Não apenas por sua obra literária, mas também por sua vida e resistência em um contexto de pobreza e discriminação, pois sua trajetória destaca as complexas intersecções de raça, gênero e classe, ilustrando como as mulheres negras desafiaram e continuam a desafiar as estruturas opressoras.

Assim como Maria Firmina, Carolina usou sua escrita para desafiar as narrativas dominantes que frequentemente inviabilizam as vivências das pessoas racializadas, em específico, de mulheres negras. Ao retratar as dificuldades e a resiliência de sua comunidade, ela trouxe à tona questões sociais urgentes e fez ecoar a voz das pessoas que foram marginalizadas, destacando-se como uma mulher negra que não se deixou definir pelas limitações impostas pela sociedade, mostrando que as

mulheres negras têm suas próprias histórias para contar e papeis importantes a desempenhar.

Carolina Maria de Jesus foi uma das vozes mais impactantes da literatura brasileira e seu trabalho personifica o uso do “Pretuguês” como uma linguagem da resistência. Em seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicado em 1960, Carolina descreve a vida na favela de forma crua e autêntica, utilizando uma linguagem que incorpora elementos do “Pretuguês”. Ela não apenas narra suas experiências e as da comunidade com honestidade, mas também transforma a linguagem para refletir a identidade cultural e a resistência contra as injustiças sociais e econômicas enfrentadas pelos moradores da favela. Lélia define assim o pretuguês:

> aquilo que chamo de “pretuguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no espanhol na região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (GONZALEZ, 1988, p. 70).

Por isso, ao conectar o conceito de "Pretuguês" de Lélia Gonzalez com a obra de Carolina Maria de Jesus, podemos apreciar melhor como a linguagem pode ser uma ferramenta poderosa na luta por justiça e igualdade. Carolina não apenas utilizou o “Pretuguês” para contar

suas próprias histórias e as de sua comunidade, mas também redefiniu o significado da linguagem literária ao incorporar a voz e a experiência dos marginalizados. Seu legado continua a ser uma fonte de inspiração para aqueles que buscam expressar e afirmar sua identidade cultural afro-brasileira através da linguagem e da escrita.

Além disso, a forma como Lélia Gonzalez expõe o lugar reservado às mulheres negras dialoga estreitamente com os textos de Carolina Maria de Jesus, pois Gonzalez desenvolve explicações de respaldo acadêmico e coerentes sobre os sentimentos e preocupações que são expostas no livro Quarto de Despejo.

Muitos criticaram o fenômeno global que marcou o início de carreira literária de Carolina Maria de Jesus, argumentando que ela escrevia de forma errada, e duvidavam de sua inteligibilidade e até mesmo da originalidade de seus textos. Isso ocorreu em decorrência da gramática e do vocabulário empregado na escrita dos seus diários. Entretanto, sabemos que estas dúvidas e tentativas de invalidação foram apenas mais um reflexo do racismo e do sistema colonizado que opera através da linguagem epistêmica imposta pela classe dominante.

Porém, o que ainda não é evidente — mas que Lélia Gonzalez consegue descrever através do conceito de Pretuguês — é que Carolina Maria de Jesus foi uma escritora que introduziu em seu texto, de forma orgânica, um legado linguístico ancestral. O que muitos consideram um falar ou escrever “errado”, é, na verdade, um reflexo de um saber ancestral, herdado de povos que por

muito tempo na literatura brasileira foram reduzidos à escravização.

Segundo Gonzalez (2018), o "Pretuguês" foi desenvolvido a partir da resistência dos povos que foram escravizados e forçados a aprender e se comunicar na linguagem do colonizador. Neste sentido, Lélia Gonzalez destaca a influência do dialeto da senzala na construção da identidade nacional, afirmando que na construção da amefricanidade há uma categoria linguística, pois "aquilo que chamo de 'pretuguês' e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil" (GONZALEZ, 1988, p. 70). A autora demonstra ter domínio da linguagem acadêmica, uma vez que explora elementos densos e traz como exemplos nas suas explicações a ausência de certas consoantes e os dialetos crioulos do Caribe:

> É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexiste. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 2018, p. 208).

Bagno (2002) destaca o fato de que a substituição do l por r ocorreu desde o início do português europeu, mesmo quando nem Camões evitou esse problema em *"Os Lusíadas"*. No entanto, se alguém usar palavras

como chicrete, ingrês, pranta ou frecha fora das normas cultas da língua portuguesa pode ser considerado, assim como Carolina Maria de Jesus foi, uma pessoa menos inteligente — ou até mesmo ao cúmulo da pessoa ser acusada de ter uma deficiência intelectual.

Isso porque, no Brasil, a inteligibilidade das pessoas racializadas é constantemente negada, essa é uma manifestação do racismo que, nas palavras de Sueli Carneiro, "se torna cada vez mais direto, explícito e violento, sem mediações, nem medo de dizer seu nome" (CARNEIRO, 2016, p. 20). O preconceito linguístico surge de preconceitos sociais e González (2018) observa que esse tipo de preconceito é mais evidente entre os seus, isto é, os povos racializados. Lélia Gonzalez, ainda complementa sua colocação destacando que ao

> falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que "casualmente" se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido e é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal (GONZALEZ, 2018, p. 208).

Dito isso, Lélia chama a atenção para o preconceito linguístico que surge de um discurso predominante, dos detentores da norma culta, que ao mesmo tempo ignoram

ou desconhecem a formação da variante brasileira da linguagem denominada “Pretuguês”. Além disso, ela destaca o valor semântico das palavras e o papel que a linguagem desempenha na instituição do racismo no Brasil.

Portanto, podemos afirmar que Carolina Maria de Jesus viveu e escreveu em um período em que a sociedade brasileira constantemente negava a inteligibilidade e a dignidade da população negra, especialmente as mulheres negras e pobres. Suas vívidas descrições da vida na favela do Canindé trazem à tona a brutalidade da pobreza e a exclusão social, revelando um racismo que, como Sueli Carneiro (2016) descreve, é direto, explícito e violento. A obra de Carolina desafiou essa negação ao proporcionar uma visão autêntica e poderosa da vida dos marginalizados, forçando a sociedade a reconhecer a humanidade e as vozes daqueles que estavam na periferia, tornando-se uma potente expressão do Feminismo Negro, que posteriormente encontrou respaldo acadêmico no trabalho desenvolvido por Lélia Gonzalez.

Conclusão

Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras em destacar a interseccionalidade das opressões enfrentadas por mulheres negras, enfatizando que essas mulheres não são afetadas apenas pela opressão de gênero ou raça isoladamente, mas sim por uma interação complexa desses sistemas de poder. Ela argumentou que entender essas interseções é crucial para uma análise completa e eficaz das formas de resistência e luta por justiça social.

Sendo assim, ao analisar a vida e o legado de Dandara dos Palmares à luz do conceito de articulação das opressões interseccionais de Lélia Gonzalez, podemos entender como as mulheres negras na liderança de movimentos de resistência enfrentam desafios que não se limitam apenas à raça ou gênero. Dandara, como líder militar e estratégica no Quilombo dos Palmares, enfrentou não apenas a opressão racial como uma pessoa escravizada; mas também desafiou as normas de gênero da sua época ao liderar ativamente as estratégias de defesa e organização da comunidade quilombola.

Lélia Gonzalez foi uma das principais intelectuais do movimento negro no Brasil, e tornou-se elemento fundamental na teorização e consolidação do Feminismo Negro como um campo político e acadêmico. Ela aprofundou a análise das experiências das mulheres negras, articulando conceitos teóricos que deram nome e forma epistemológica a uma luta que já existia de forma prática.

O conceito de "amefricanidade" tem uma conexão profunda com a obra de Maria Firmina dos Reis, especialmente em seu papel pioneiro como escritora negra no Brasil. Maria Firmina dos Reis, ao publicar *Úrsula*, não apenas desafiou as normas literárias da época, mas também contribuiu significativamente para a expressão da identidade afro-brasileira através da literatura.

A "amefricanidade" de Lélia Gonzalez ressalta a importância de reconhecer e valorizar as raízes africanas na formação cultural e social do Brasil. À vista disso, quando Maria Firmina dos Reis escreve sobre as experiências dos negros escravizados, contribui diretamente com a valorização, isto

é, faz isto ao oferecer uma narrativa autêntica e humanizadora das vivências afro-brasileira. A escritora não apenas resistiu às normas literárias eurocêntricas, mas também afirmou a identidade cultural afro-brasileira como parte integrante da sociedade, demonstrando a "amefricanidade" que Gonzalez nos apresenta.

O conceito de "Pretuguês" desenvolvido pela autora também é uma manifestação do desenvolvimento da amefricanidade e, em razão disso, se torna fundamental para compreender a forma como Carolina Maria de Jesus utilizou a linguagem como uma ferramenta de resistência em sua obra e vida. Lélia Gonzalez introduziu o conceito de "Pretuguês" para descrever como a língua portuguesa foi apropriada e transformada pelas comunidades negras no Brasil. Essa forma de linguagem não apenas reflete as influências africanas e afro-brasileiras na linguagem cotidiana, mas também representa uma resistência à imposição cultural e linguística das normas dominantes impostas através da herança colonial.

Neste contexto, é essencial considerar que a filosofia de Lélia Gonzalez fundamenta o feminismo negro brasileiro ao articular as interseccionalidades das opressões enfrentadas por mulheres negras, enfatizando que a compreensão dessas interseções é essencial para uma análise completa e eficaz das formas de resistência e luta. Dessa maneira, Gonzalez destaca que a opressão de raça e gênero não opera isoladamente, mas de forma entrelaçada, e essa perspectiva é crucial para entender o papel de figuras históricas de resistência como Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.

Em vista disso, é possível afirmar que Gonzalez articula as formas de resistência nomeando conceitos e dando uma visibilidade acadêmica e social para ações ativas desenvolvidas por mulheres negras. Assim torna-se claro que a filosofia de Lélia Gonzalez é fundamental para o Feminismo Negro brasileiro, pois fornece uma estrutura teórica que reconhece e valoriza as interseccionalidades das opressões enfrentadas pelas mulheres negras.

Em conclusão, ao reconhecer a articulação de conceitos como “amefricanidade” e “pretuguês”, Gonzalez oferece uma lente através da qual podemos apreciar a profundidade das contribuições de personalidades como Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Essas mulheres não apenas resistiram às opressões de raça e gênero, mas também desempenharam papéis cruciais na construção social e cultural do Brasil, afirmando a identidade e a dignidade afro-brasileira em um contexto de constante luta e resistência.

Carla de Brito Nascimento

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenadora da instituição de ensino popular ABC do Glória. Criadora e ministrante do curso de extensão Escrevivências Filosóficas.

https://orcid.org/0009-0006-7012-1918

Referências

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 14, n. 27, p. 153-179, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista. Margem Esquerda. Revista da Boitempo, n. 27, out., p. 11-22. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics [1989]. Contemporary Sociological Theory, v. 1, p. 354, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado no Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e problemas da População Negra no Brasil", IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; RATTS, Alex. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020, p. 217.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2010.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. Revista Interritórios, v. 6, n. 10: p. 89-104, 2020.